

# INFORMATIVO TRT6

Jornal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Recife PE

abril / 2012 ano XIX nº 188 [www.trt6.jus.br](http://www.trt6.jus.br)

## TRT6 inaugura duas novas Varas



O mês de abril foi marcado por inaugurações. O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região ganhou duas das nove Varas do Trabalho criadas pela Lei 12.476/2011: a 3ª VT de Ipojuca e a 5ª VT de Jaboatão. Nas cerimônias de entrega à comunidade das instalações físicas das novas unidades judiciais, o presidente do TRT6, desembargador André Genn, destacou o compromisso do

Judiciário Trabalhista neste cenário de notável crescimento econômico do estado de Pernambuco. Segundo o desembargador, são urgentes as ações estruturadoras na Justiça do Trabalho para responder rapidamente “não só às demandas sociais que lhe são postas a julgamento, mas, indo bem além, no seu papel educativo, na transformação da sociedade pela conscientização

dos direitos e obrigações, que, em larga análise, afeta a toda comunidade”. Os dois municípios têm recebido aumento substancial nas demandas trabalhistas. Ipojuca apresentou um aumento de 60% nas ações trabalhistas de 2011, relativamente a 2010. Por sua vez, a relevância social e econômica do município de Jaboatão – importante distrito industrial e segunda maior população do

estado de Pernambuco – reflete diretamente na procura pela solução dos conflitos trabalhistas, fazendo com que o número de processos que anualmente chega ao fórum trabalhista de Jaboatão se compare à movimentação processual de algumas capitais brasileiras.

*Leia mais nas páginas 4 e 5*

### TRT-PE prestes a instalar processo eletrônico

A mudança trará grande avanço na celeridade processual

### Teletrabalho ganha regulamentação

A adoção da nova modalidade está sendo implantada em experiência-piloto no TST

# TRT-PE terá processo judicial eletrônico

Prestes a implantar o sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), o TRT de Pernambuco deverá iniciá-lo pelas 1ª e 2ª Varas de Igarassu. Será uma experiência inédita no âmbito da Justiça Trabalhista do Estado, embora já tenha sido desenvolvida uma experiência-piloto nas Varas Trabalhistas de Navegantes, em Santa Catarina, Caucaia, no Ceará, Várzea Grande, em Mato Grosso, Arujá, em São Paulo, e Gama, no Distrito Federal, além da 2ª instância do Tribunal da 12ª Região, localizado em Santa Catarina. Em todos esses locais o sistema mostrou-se extremamente eficaz, permitindo acelerar a tramitação dos processos.

A inauguração do PJe na 6ª Região foi agendada para o próximo dia 17 de setembro, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que estabeleceu um cronograma para a instalação da nova metodologia em todo o País, de modo a possibilitar o cumpri-

mento de uma meta assumida perante o Conselho Nacional de Justiça. O presidente do TRT6, desembargador André Genn, define o PJe como verdadeira revolução nos procedimentos tradicionais, e como instrumento de democratização da Justiça, uma vez que “propiciará a automação de praticamente todas as tarefas burocráticas ainda em uso, servindo à sempre desejada e perseguida rapidez na tramitação dos feitos, bem como ao acesso à população e à prática de atos processuais 24 horas por dia, sete dias por semana e de qualquer lugar do planeta”.

Na avaliação da presidente da AMATRA VI, Luciana Conforti, a mudança trará um grande avanço para a celeridade processual, alterando a forma de execução das atividades do juiz. Para ela, serão necessárias algumas adaptações no início, mas as vantagens são incontáveis. Citou como exemplo a eliminação da retirada e



devolução dos autos físicos, espaço para arquivo, carimbos, numeração de páginas dos autos, até a possibilidade de o processo ser acessado de qualquer lugar, o que trará a simplificação dos procedimentos.

“É necessário um estudo do impacto que tais mudanças trarão na dinâmica das Varas para que os juízes e servidores sejam devidamente capacitados e treinados. Importante ainda será a constante evolução dos sistemas informatizados, a

sistemática modernização dos equipamentos de Internet de qualidade em todo o Regional para que o PJe funcione de modo adequado e satisfatório, alcançando o seu primordial objetivo que é a ampliação do acesso à Justiça pelos cidadãos”, declarou a juíza Luciana Conforti.

Por sua vez, o juiz Ibrahim Alves, titular da Vara de Igarassu, por onde será iniciada a informatização dos processos, afirmou que o Processo Judiciário Eletrônico representa uma

## Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife  
50.030-902 Recife PE  
Imprensa: 81-3225.3216  
[imprensa@trt6.jus.br](mailto:imprensa@trt6.jus.br)

### PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

### VICE-PRESIDENTE

Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel

### CORREGEDORA

Gisane Barbosa de Araújo

## DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Nelson Soares Júnior  
Josélia Morais da Costa  
Eneida Melo Correia de Araújo  
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel  
André Genn de Assunção Barros  
Ivanildo da Cunha Andrade  
Gisane Barbosa de Araújo  
Pedro Paulo Pereira Nóbrega  
Virgínia Malta Canavarro  
Valéria Gondim Sampaio  
Ivan de Souza Valença Alves  
Valdir José Silva de Carvalho  
Acácio Júlio Kezen Caldeira

Dione Nunes Furtado da Silva  
Dinah Figueirêdo Bernardo

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino  
Nise Pedrosa Lins de Sousa  
Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura  
Maria do Socorro Silva Emerenciano

### SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

### DIRETOR-GERAL

Wlademir de Souza Rolim

### SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

### JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Alice Amorim (DRT 2194-PE)

## REDATORES

Eugenio Pacelli / Maria Alice Amorim  
Tereza Rozowykwiat / Caroline Jordão Barreto

## REVISÃO

Eugenio Pacelli

## FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli

Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

## PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

## DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

## IMPRESSÃO

CCS Gráfica e Editora  
(Tiragem: 1.500 exemplares)

## André Genn define o PJe como verdadeira revolução nos procedimentos tradicionais e como instrumento de democratização da Justiça

quebra de paradigmas, partindo-se para uma solução totalmente inovadora. Ressaltou que poucos países do mundo contam com uma tecnologia tão avançada. “É uma evolução levando-se em consideração que tudo começou com o uso do papel e do tinteiro, passando para a máquina de escrever, depois para o computador, mas ainda utilizando o papel, e agora assume uma nova forma”, assinalou.

Dentre as vantagens apontadas pelo magistrado estão a possibilidade de o advogado distribuir ações a partir do seu escritório e, do outro lado, o juiz receber e despachar também via on-line. Ibrahim Alves esclareceu que os servidores da Vara de Igarassu já foram treinados e estão aptos a desempenhar suas funções através do novo sistema.

Na opinião do presidente da Associação dos Advogados de Pernambuco (AATP), Marcondes Oliveira, a instalação do PJe é um avanço que acompanha a modernidade. Contudo, lembrou que é

preciso que o sistema atenda à demanda de todos os operadores do Direito, magistrados e servidores e, principalmente, dos advogados que são em maior número. Ele chamou a atenção para a necessidade de



Juíza Luciana Conforti ressalta ampliação do acesso aos cidadãos



O advogado Marcondes Oliveira e o juiz Ibrahim Alves enumeram múltiplas vantagens do PJe



previsão de eventuais acidentes e incidentes, considerando-se uma outra opção para quando o sistema eletrônico falhar, tendo em vista que as partes não poderão ser prejudicadas.

Para auxiliar os advogados no uso do Processo Eletrônico, Marcondes Oliveira informou que a AATP está ampliando o número de compu-

tadores lá instalados para realizar cursos voltados para os associados. Segundo ele esta é uma forma de contribuir para facilitar a compreensão do mecanismo judicial que será instaurado. O advogado sugeriu que o PJe seja implantado de forma flexível, passando por um período de transição, coexistindo por algum tempo com a forma antiga. Conforme afirmou esta seria uma maneira de permitir aos profissionais da área tempo hábil para que se adaptassem aos procedimentos eletrônicos.

# Pernambuco ganha duas novas Varas Tra

Das nove Varas criadas recentemente, a primeira delas a ser instalada foi a 3ª Vara de Ipojuca, no último dia 23 de abril, e a Segunda, a 5ª VT de Jaboatão, no dia 30. A criação dessas VTs se deu graças à Lei 12.476/2011, aprovada no Congresso Nacional, e integra a iniciativa do TRT-PE de ampliar o acesso à Justiça e garantir a celeridade processual, neste momento em que o estado de Pernambuco experimenta um grande desenvolvimento econômico, fazendo aumentar o número de ações trabalhistas. A 5ª VT de Jaboatão tem como titular o juiz Luciano Alexo e a 3ª VT de Ipojuca, o juiz Sérgio Murilo de Carvalho Lins.



## Inaugurada a 3ª Vara de Ipojuca

O TRT de Pernambuco inaugurou, no dia 23 de abril, as instalações físicas da 3ª Vara do Trabalho de Ipojuca. Das nove que foram criadas com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 1246/11, esta foi a primeira a ser instalada. Durante a solenidade, o presidente do Tribunal da 6ª Região, desembargador André Genn, destacou o enorme crescimento verificado no município, em função do qual se observa um aumento expressivo do número de processos ajuizados no último ano. Foram 5.260, divididos entre as duas Varas até então existentes. Isto representa um crescimento de 60% em relação a 2010, o que, na opinião do presidente André Genn demonstra a necessidade, em curto prazo, de novas Varas em Ipojuca, para que seja possível

atender à demanda provocada pela gigantesca aceleração da economia no município. Para o desembargador, vale enfatizar que a criação da 3ª VT veio em resposta à necessidade da população, em decorrência da importância do município dentro do cenário econômico do país e do aumento do número de processos trabalhistas.

André Genn, em seu discurso, registrou o apoio da bancada de deputados federais pernambucanos para a aprovação da Lei que permitiu a criação de novas Varas no Estado. Também agradeceu o integral apoio da Prefeitura do município, dirigida por Pedro Serafim. Acolhendo as necessidades da Justiça do Trabalho e de outros órgãos públicos, o prefeito promoveu a doação de terreno para a construção do Fórum

Trabalhista de Ipojuca, que abrigará conjuntamente as três Varas já existentes e outras que ainda serão criadas.

Na oportunidade, assinalou também o incansável trabalho dos servidores do TRT-PE, em especial, as ações promovidas pela Secretaria da Presidência, Diretoria-Geral, Secretaria Administrativa, Secretaria de Informática, e pelos que integram os Serviços de Manutenção e de Material.

Por sua vez, Sérgio Murilo de Carvalho, que era titular da 1ª Vara de Ipojuca e agora assumiu a 3ª VT, destacou a presteza com que o Tribunal conseguiu instalar a nova Vara. “O TRT está de parabéns, e eu estou muito orgulhoso de ser o juiz escolhido para presidir a 3ª Vara. Gostaria de parabenizar a sociedade ipojucana por esta

realização e ainda aproveitar para agradecer aos servidores, tanto aos que vêm para a 3ª Vara quanto aos que continuam na 1ª”, declarou.

Estiveram presentes à inauguração, além do presidente do Regional, a vice-presidente, Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel; a corregedora, Gisane Araújo; a presidente da Amatra VI, juíza Luciana Conforti; o juiz auxiliar da Corregedoria, Gustavo Augusto Pires de Oliveira; os desembargadores Ivanildo Andrade, Valéria Gondim, Eneida Melo e Ivan Valença; o juiz titular da VT de Limoeiro, Paulo Alcântara; a juíza titular da 2ª VT de Ipojuca, Renata Lima; a juíza substituta da 2ª Vara de Ipojuca, Renata Nóbrega, e o deputado federal Pedro Eugênio, além de servidores e outras personalidades.

# alhistas



## 5ª VT de Jaboatão é instalada

O TRT-PE entregou à população, no dia 30 de abril, as instalações físicas da 5ª Vara do Trabalho de Jaboatão dos Guararapes, em solenidade dirigida pelo presidente do Regional, desembargador André Genn, com a participação da vice-presidente, desembargadora Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel, e da corregedora, Gisane Araújo. Na cerimônia de inauguração, o presidente destacou o compromisso do Judiciário Trabalhista, neste cenário estadual de notável crescimento econômico, e a urgência de ações estruturadoras na JT para responder rapidamente “não só às demandas sociais que lhe são postas a julgamento, mas, indo bem além, no seu papel educativo, na transformação da

sociedade pela conscientização dos direitos e obrigações, que, em larga análise, afeta a toda comunidade”.

O presidente destacou, ainda, a relevância social e econômica do município, importante distrito industrial e segunda maior população de Pernambuco, o que reflete diretamente na procura pela solução dos conflitos trabalhistas: anualmente o número de processos compara-se à movimentação processual de algumas capitais brasileiras. Em 2010, nas quatro Varas existentes no município, somando-se os processos recebidos com aqueles em fase de execução, tramitaram 14.970, montante este que atingiu, em 2011, o total de 16.027. Até março deste ano

8.230 processos já haviam sido computados.

No evento, o desembargador André Genn reafirmou o esforço de modernização que o Judiciário empreende, notadamente com a implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe –, que já funciona com pleno êxito em cinco VTs no país e que tem instalação prevista no Regional pernambucano para setembro, inicialmente nas duas VTs de Igarassu. O desembargador aproveitou a ocasião para mencionar uma das preocupações atuais do Judiciário Trabalhista, que é a prevenção de acidentes no ambiente de trabalho, de modo a evitar que milhares de trabalhadores sejam vítimas de ambientes laborais inseguros: “esta luta não é contra ninguém, mas a favor de todos”.

Estiveram presentes à solenidade os desembargadores Eneida Melo, Pedro Paulo Nóbrega, Virgínia Canavarro, Valéria Gondim, Ivan Valença, Clara Saboya, Nise Pedroso e Ruy Salathiel. O procurador Waldir Bitu representou a PRT6. Também prestigiaram a inauguração os juízes presidentes das VTs do Fórum de Jaboatão, Maria de Betânia Villela (1ª VT) Sérgio Torres (2ª VT), Aurélio Silva (3ª VT) e Ana Cláudia Petrucelli (4ª VT). Os juízes do trabalho Virgínio Benevides (auxiliar da Presidência), Gustavo Pires de Oliveira (auxiliar da Corregedoria), Andréa Keust (2ª VT de Caruaru), Maysa Costa de Carvalho (substituta). A AmatraVI foi representada pelo juiz José Adelmy da Silva Acioli, e a AATP por seu presidente, o advogado Marcondes Oliveira. Diretores, assessores e servidores do Regional também assistiram à cerimônia.

A 5ª VT tem como titular o juiz Luciano Alexo, que ressaltou a importância da instalação da nova unidade judicial no Fórum de Jaboatão para atender a contento à demanda crescente na JT no município. Das nove Varas criadas recentemente, pela Lei 12. 476/2011, a 5ª VT de Jaboatão é a segunda ser instalada no Estado.

# TRT-PE apura indicadores da gestão estratégica 2011

A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) divulga, em reunião acontecida no início de abril, os resultados obtidos durante o ano de 2011. Das cinco metas propostas para o ano, três delas foram integralmente cumpridas. Conforme exigência do TCU, os indicadores do planejamento estratégico do TRT6, relativos ao ano passado, compõem o relatório de gestão anual. Tal encaminhamento “traduz uma exigência da própria sociedade”, conforme ressalta Andréa Coutinho, assessora de gestão estratégica do Regional. Em Pernambuco, o TRT atingiu o índice de 91,95% correspondente à meta 3: “julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque”.

Entre as ações que compõem o planejamento estratégico, algumas das mais relevantes dizem respeito à implantação do programa de capacitação continuada para servidores, ao programa de racionalização dos processos internos e à implantação do programa de desenvolvimento de competências. Os projetos 08 e 09 estão entre os que mais obtiveram sucesso: dizem respeito às condições físicas das Varas Trabalhistas do interior,

avaliadas mediante levantamento das condições físicas e da necessidade de mobiliário e equipamentos ergonômicos para as referidas VTs. Outro projeto que está desempenhando um papel significativo entre servidores é o programa de saúde mental, que obteve adesão de 100% dos oficiais de justiça e de 65% dos funcionários das VTs integrantes.

Quanto às metas estabelecidas para 2012, o grande desafio da Justiça do Trabalho é implantar em, pelo menos 10% das VTs, o Processo Judiciário eletrônico (PJe). É o que diz a Meta 16, uma das cinco especificamente estabelecidas para cumprimento pela Justiça do Trabalho. O projeto relativo à informatização do processo trabalhista é gerenciado pelo diretor da Secretaria de Informática, Adriano Pinheiro, e diz respeito à avaliação de dificuldades e desafios decorrentes da implantação de um sistema de processo eletrônico, inclusive quanto à adaptação de servidores, magistrados e advogados a uma nova sistemática de trabalho. Ainda para o ano de 2012, cinco são as metas gerais, ou seja, aquelas que se referem a todo o Poder Judiciário.



## MAGISTRADOS PARTICIPAM DE APERFEIÇOAMENTO

O TRT de Pernambuco realizará o 7º Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento de Magistrados entre os dias 21 e 25 de maio. Tendo em vista que todos os servidores lotados na Escola Judicial e na Biblioteca estarão envolvidos na organização do curso essas unidades da Justiça do Trabalho da 6ª Região estarão com o atendimento ao público suspenso enquanto durar o evento que acontecerá no auditório do prédio da Sudene, situado no 13º andar da Ala Sul.

## CSJT EXIGE CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) acaba de aprovar, por unanimidade dos votos dos conselheiros, a proposta de resolução para que seja incluído obrigatoriamente o item capacitação em segurança do trabalho e saúde nos editais e contratos administrativos firmados por Tribunais do Trabalho. O presidente do TRT-PE, desembargador André Genn, conselheiro que representa o Nordeste no CSJT, destacou a importância da resolução que vai ao encontro da política pública que visa a prevenção de acidentes de trabalho e doenças adquiridas no ambiente profissional.

## REVISTA DO TRT RECEBE ARTIGOS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista do TRT6 está aberta ao recebimento de artigos a serem selecionados para a sua 39ª edição. O prazo máximo para o envio dos trabalhos foi fixado em 30 de junho, devendo os interessados enviar os artigos para o seguinte e-mail: [revista@trt6.jus.br](mailto:revista@trt6.jus.br). Coordenada pela Escola Judicial do TRT pernambucano, a publicação é uma obra consagrada no meio jurídico pernambucano. Com tiragem de mil exemplares e distribuição gratuita, a revista recebe artigos doutrinários inéditos, que são submetidos à apreciação de um conselho editorial formado por professores, magistrados e acadêmicos.

# Regional discute com entidades ações de prevenção de acidentes

No dia 12 de abril, as desembargadoras Valéria Gondim e Dinah Figueirêdo, gestoras, no âmbito do TRT-PE, do Programa de Prevenção de Acidentes do Trabalho, promoveram uma reunião com um conjunto de entidades que estão integradas à iniciativa, para definir estratégias que evitem essas ocorrências.

Um dos temas centrais do encontro foi a promoção de campanhas educativas que visam alcançar não só os trabalhadores, mas também as crianças em idade escolar, com o objetivo de que se desenvolva uma cultura de prevenção no ambiente do trabalho.

Participaram da reunião representantes das seguintes entidades: Sinicon, FNP, UPE, CONEST, SINTEPAV, ADEMI, SINDUSCON e Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil.



# Teletrabalho ganha regulamentações

Era 1857 quando o americano J. Edgard Thompson teve a ideia que é apontada como a raiz do surgimento do teletrabalho: usar o sistema privado de telégrafo de sua empresa para gerenciar divisões remotas, delegando a elas um controle substancial no uso de equipamentos e mão de obra. A medida contribuiu para que o negócio se transformasse em um complexo de operações descentralizadas e inspirou outros empresários, como a britânica Stephane Shirley, que, em 1962, criou uma pequena empresa chamada Freelance Programmers. Voltado para o desenvolvimento de programas de computador para empresas, o negócio era realizado por ela em casa. Em 1964 o Freelance Programmers já havia se tornado a F. Internacional, com mais

quatro pessoas trabalhando, e em 1988 era o F. I. Group PLC, com mil e cem teletrabalhadores.

De acordo com a definição adotada pela Organização Internacional de Trabalho (OIT), teletrabalho é a atividade desenvolvida em lugar distante do escritório central e/ou do centro de produção, com separação física, e que implique o uso de uma tecnologia facilitadora da comunicação. Recentemente equiparada ao trabalho presencial por meio da lei 12.551/2011, a modalidade tem ganhado adesões em novos espaços laborais, como o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que editou ato para regulamentá-la em seu quadro de pessoal. Entre

as diretrizes adotadas, constam a atribuição a cada gestor da opção pela mencionada modalidade de trabalho, a qual deve ser acompanhada pela estipulação de meta de desempenho 15% superior à estipulada para os servidores que executem as mesmas atividades nas dependências do TST; a proibição de realização de teletrabalho por servidores que estejam em estado probatório, que tenham subordinados e que tenham recebido penalidade disciplinar nos dois anos anteriores à indicação e a decisão de priorizarem-se os servidores portadores de necessidades especiais.

Dados divulgados pelo governo americano no fim do ano passado apontam que a adoção do teletrabalho dentro daquele governo tem dado bons resultados.

Segundo o responsável pelo programa de expansão dessa modalidade laboral, Baha Akpinar, a produtividade cresceu entre 20 e 30% e aumentou o nível de satisfação. “Definitivamente não estamos mais em modo experimental”, registrou. A adoção da nova modalidade, porém, também traz novos desafios. Tanto é assim que, em um primeiro momento, o teletrabalho está sendo implantado de forma piloto no TST. Para avaliar o modelo, o Tribunal constituiu a Comissão de Gestão de Teletrabalho, que, dentre outras atribuições, é responsável por realizar avaliações trimestrais dos resultados apresentados pelas unidades participantes e propor ajustes na regulamentação.

# TST inaugura Memorial de Vítimas de Acidente e lança portal “Trabalho Seguro”

Dentro das homenagens ao Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho (28 de abril), o presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro João Oreste Dalazen, lançou no dia 25 o memorial no TST com os nomes dos 2.796 trabalhadores mortos em acidentes de trabalho em 2011 e o portal do Programa Trabalho Seguro, que integra o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

O ministro Dalazen fez os lançamentos na abertura do

Seminário Sobre Liberdade Sindical e os Novos Rumos no Sindicalismo do Brasil. O memorial está instalado na entrada do Bloco B do prédio do TST, em painel de dez metros por quatro com os nomes de todas as vítimas. Esses nomes também podem ser acessados no novo portal do Programa Trabalho Seguro.

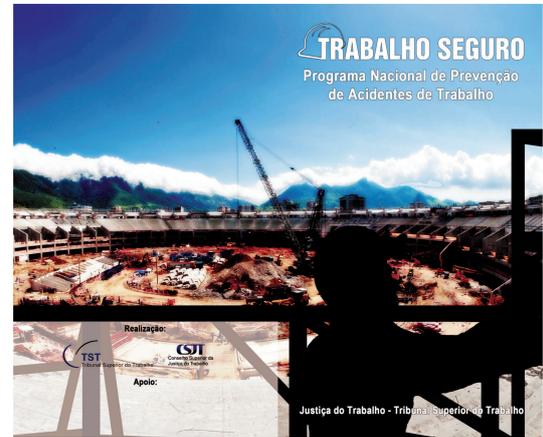
O portal traz notícias e informações como atuação, campanhas, biblioteca, guias e dicas sobre saúde e segurança do trabalho. O programa é uma iniciativa do TST e do CSJT, em parceria com diversas institui-

ções públicas e privadas, visando à formulação e à execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

Já foram realizados dois atos públicos pelo Trabalho Seguro, o primeiro nas obras do estádio Maracanã, no Rio de Janeiro, e o outro no Arena das Dunas, em

Natal (RN). Os eventos contaram com a participação dos trabalhadores, autoridades e de atletas como Ronaldo Fenômeno e Bebeto, representantes do Comitê Local da FIFA da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

(Fonte: TST/Augusto Fontenele e Marta Crisóstomo)



## Novas vagas para o Tribunal em tramitação

Cinquenta e sete cargos para a área de Tecnologia da Informação do TRT-PE foram aprovados na Câmara dos Deputados, encerrando a tramitação do projeto de lei na Casa, o qual agora passa a ser apreciado pelo Senado. Ao mesmo tempo, o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho (TST) aprovou anteprojeto do Regional pernambucano que prevê 130 novos cargos para a área administrativa do Tribunal, 87 destinados a analistas e 43 a técnicos judiciários. A referida proposta foi encaminhada para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, aprovando-a, a remeterá para o Congresso Nacional. A expectativa é de que o anteprojeto seja aprovado sem obstáculos no CNJ, uma vez que a medida visa adequar a estrutura do Sexto Regional aos parâmetros estabelecidos pela Resolução 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos

órgãos da Justiça Trabalhista de primeiro e segundo grau. O concurso público para servidores, em andamento no TRT6, já prevê seleção de candidatos que comporão cadastro de reserva e serão nomeados após a criação desses cargos.

